



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **3001404-35.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cheque**
Requerente: **TEODORO MARTINS DOS SANTOS**
Requerido: **Iracema Lopes Dall Antonia Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor cobra da ré quantia em dinheiro por ter-lhe vendido bens pagos por meio de cheques devolvidos por insuficiência de fundos.

A ré em contestação admitiu a realização do negócio trazido à colação, a exemplo da emissão dos cheques para quitá-lo, mas ressaltou por dificuldades financeiras ajustou com o autor outros prazos para o pagamento da dívida.

Assinalou que em virtude de problema de saúde do autor sustou os cheques, mas fez os pagamentos deles por meio de depósitos na conta de sua mulher.

A pretensão deduzida está alicerçada nos cheques de fls. 03/06, cuja emissão foi reconhecida pela ré.

O fato impeditivo pela mesma suscitado, consistente no pagamento do débito por meio de depósitos na conta da mulher do autor, não restou demonstrado com a indispensável solidez, cumprindo registrar que era seu o ônus pertinente (art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isso porque exceção feita ao documento de fl. 25 nenhum outro subsidiou a explicação da ré.

Ele se refere a depósito ocorrido em dezembro de 2010, estando em consonância com o período especificado a fl. 13, terceiro parágrafo, tanto que o próprio autor admitiu sua verificação (fl. 29, terceiro parágrafo).

Já os depósitos indicados pela ré a fl. 43, item 1, ou tiveram vez em época diferente da aludida pela ré na peça de resistência (fl. 39, isto é, em maio de 2011) ou se referem inexplicavelmente a agência diversa do primeiro depósito (fl. 34), não evidenciando minimamente que se referissem à quitação da dívida objeto do processo.

O pagamento invocado pela ré não restou demonstrado por provas materiais e ela não demonstrou o interesse no aprofundamento da dilação probatória a respeito do assunto (fl. 43, item 2).

O quadro delineado conduz ao acolhimento parcial do pleito exordial, subtraindo-se do montante pleiteado o valor do depósito de fl. 25.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 3.800,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 24 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**